

Postos querem rever proibição

DONOS DE LOJAS DE CONVENIÊNCIA SE REÚNEM PARA CRIAR UMA NORMA DE CONDUTA COM OS USUÁRIOS

O Sindicato dos Postos de Gasolina realiza, na segunda-feira, após as 18h, uma reunião com os donos de lojas de conveniência para discutir a proibição de venda de bebidas alcoólicas entre 22h e 6h, em Brasília. A idéia é criar uma norma de conduta para os proprietários, de forma que os usuários das lojas não incomodem a vizinhança.

"A solução não é proibir a venda de bebidas, mas disciplinar os consumidores", diz o presidente do sindicato, Carlos Recch. Segundo ele, os donos de lojas devem apoiar o fim do som alto, da dança e das arruaças em seus estabelecimentos. "E os usuários desses locais devem se conscientizar de que existem prédios residenciais próximos e que seus moradores devem ser respeitados", afirma Recch.

Na opinião do presidente do sindicato dos postos, a proibição da Administração Regional de Brasília não tem muita eficácia. Mas ele garante que os donos das lojas não irão entrar em confronto com a administração.

O proprietário do Posto dos Anões, na 315 Sul, José Carlos Ulhôa Fonseca, concorda com o presidente do sindicato, mas adianta que a



JOSÉ Carlos Ulhôa, proprietário do Posto dos Anões, informa que proibição da administração está sendo estudada por seus advogados

proibição está sendo estudada por seus advogados. "Estamos analisando tudo e, a partir daí, decidiremos que atitude tomar", diz ele, alertando, desde já, que se houver possibilidade irá recorrer da medida. "Garanto, porém, que seja qual for a nossa decisão, ela jamais

Solução não é proibir a venda de bebidas mas disciplinar os consumidores"

será em detrimento da comunidade."

Fonseca afirma que, desde que a limitação à venda de bebidas alcoólicas foi imposta, seu faturamento na loja de conveniências caiu 25%. "Reconheço todos os problemas identificados pela adminis-

tração, porque sofri na pele todos eles", admite. Seus pais vivem na quadra em frente e também reclamavam do barulho e da arruaça que os jovens faziam de madrugada. Ele, no entanto, questiona a ação da administração, a seu ver autoritária. O administrador de Brasília, Leônicio Carneiro, adianta que a discussão de uma norma de conduta deve ser feita no Ministério Públ-

co. Algumas reuniões já foram realizadas com a presença de todos os interessados e agora, de acordo com Carneiro, o procurador Eduardo Albuquerque está preparando uma proposta. "Só que ele será muito mais dura do que a da administração", garante Carneiro, que prevê até uma proibição total da venda de bebidas alcoólicas nas lojas de conveniência.

FOTOS: ANDRÉ ABRAHÃO